UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS- ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Curso: MESTRADO ACADÊMICO EM ECONOMIA

Linha de pesquisa: Políticas Públicas

Avaliação do acesso dos pescadores artesanais da Praia do Porto de Imbituba/SC às políticas públicas de proteção social: o caso do seguro-defeso e programas complementares

088.042.479-67

Florianópolis
2025

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal constitui uma das atividades econômicas mais relevantes do litoral catarinense, integrando dimensões históricas, culturais e sociais fundamentais para a organização e a sobrevivência de comunidades costeiras. No município de Imbituba, particularmente na região da Praia do Porto, a pesca artesanal configura-se como atividade tradicional, exercida por famílias que dependem diretamente dos recursos pesqueiros para garantir sua subsistência e renda. Essa atividade, entretanto, caracteriza-se por forte vulnerabilidade socioeconômica: dependência de condições ambientais, sazonalidade de captura, incerteza quanto ao retorno econômico e exposição a riscos climáticos e de mercado.

Nesse contexto, políticas públicas voltadas à proteção social são fundamentais para assegurar renda mínima e estabilidade durante períodos de maior fragilidade econômica. Entre elas, destaca-se o seguro-defeso, instituído pela Lei nº 10.779/2003, cujo propósito é garantir renda temporária aos pescadores artesanais durante o período de paralisação obrigatória da pesca em razão da reprodução das espécies. Esse benefício, além de atuar como instrumento de preservação ambiental, funciona como estabilizador da renda dos trabalhadores, desempenhando papel central na redução da vulnerabilidade social.

Nos últimos anos, porém, observa-se crescente dificuldade de acesso ao seguro-defeso em diversas regiões do Brasil. Relatos de pescadores indicam problemas relacionados à regularização documental, inconsistências no Registro Geral da Atividade Pesqueira, falta de informação, exigências burocráticas, indeferimentos sem justificativa clara, atrasos no pagamento e fragilidades institucionais no apoio ao processo de solicitação. Em Imbituba, essas dificuldades se somam a pressões territoriais específicas, como a presença do Porto de Imbituba, da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca e do turismo crescente, o que condiciona ainda mais a dependência dos pescadores de políticas públicas eficazes.

Diante desse cenário, torna-se relevante investigar como os pescadores artesanais de Imbituba têm acessado – ou deixado de acessar – o seguro-defeso e outras políticas complementares de proteção social. Compreender as barreiras institucionais, administrativas, socioeconômicas e informacionais que influenciam esse acesso é fundamental para fortalecer a eficácia das políticas públicas existentes e orientar aperfeiçoamentos no desenho e na implementação do benefício.

Apesar da importância do seguro-defeso para a estabilidade econômica dos pescadores artesanais, observam-se dificuldades recorrentes no acesso à política. Assim, o problema de pesquisa é:

Os pescadores artesanais de Imbituba/SC conseguem acessar de forma adequada o seguro-defeso e outras políticas públicas de proteção social? Quais fatores socioeconômicos, administrativos e institucionais facilitam ou dificultam esse acesso?

O Objetivo geral da pesquisa será: Avaliar o acesso dos pescadores artesanais de Imbituba/SC às políticas públicas de proteção social, com foco no seguro-defeso, identificando barreiras que interferem na efetividade dessa política.

Já os Objetivos Específicos

1. Caracterizar o perfil socioeconômico dos pescadores artesanais de Imbituba.
2. Identificar os procedimentos documentais e administrativos exigidos para acessar o seguro-defeso.
3. Levantar as principais dificuldades enfrentadas pelos pescadores durante o processo de solicitação e manutenção do benefício.
4. Analisar o papel das instituições intermediárias (Colônia de Pescadores, órgãos públicos e instituições financeiras).
5. Verificar impactos econômicos decorrentes de indeferimentos ou atrasos no benefício.
6. Elaborar recomendações para aprimorar a implementação da política pública.

Ademais, o seguro-defeso é uma política de proteção social essencial para mitigar vulnerabilidades econômicas de comunidades pesqueiras. A literatura econômica destaca que políticas redistributivas e de garantia de renda desempenham importante papel na redução de desigualdades e na promoção da segurança econômica. No caso da pesca artesanal, tais políticas são fundamentais para permitir que trabalhadores respeitem períodos de defeso, assegurando a conservação das espécies e a sustentabilidade da atividade.

A avaliação do acesso ao seguro-defeso também possui relevância empírica e institucional. Estudos apontam falhas na implementação do benefício, com entraves documentais, insuficiência de orientação institucional e fragilidades nos sistemas administrativos. Investigar a realidade local de Imbituba permite compreender como a política se territorializa e quais grupos estão sendo excluídos ou prejudicados.

A pesquisa está fortemente alinhada à linha de Políticas Públicas, pois envolve análise de desenho institucional, avaliação de políticas e microeconomia aplicada às políticas sociais. Sua contribuição prática consiste em fornecer subsídios para aperfeiçoar a implementação da política pública no município e, potencialmente, em outras regiões costeiras.

A motivação pessoal e profissional do proponente também reforça a relevância do estudo, considerando sua vivência na região e sua formação interdisciplinar, que favorece a compreensão integrada de questões territoriais, socioeconômicas e jurídicas relacionadas à pesca artesanal.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PRELIMINAR

A fundamentação teórica desta pesquisa organiza-se em três eixos principais: (i) políticas públicas e proteção social; (ii) pesca artesanal, vulnerabilidade e territórios tradicionais; e (iii) implementação e efetividade de políticas públicas no contexto brasileiro. Esses eixos se articulam para oferecer suporte teórico à análise do acesso dos pescadores artesanais de Imbituba ao seguro-defeso.

O primeiro eixo relaciona-se às políticas públicas de proteção social e suas funções redistributivas no Brasil. Kerstenetzky (2012) discute o papel do Estado de Bem-Estar Social brasileiro, destacando que políticas de renda mínima operam como instrumentos fundamentais de redução de desigualdades e mitigação de vulnerabilidades. Autores como Lavinas (2013) e Jaccoud (2019) reforçam que programas de transferência de renda têm se consolidado como pilares da seguridade social brasileira, atuando como estabilizadores econômicos para populações expostas a sazonalidade e informalidade. No caso específico dos trabalhadores com renda incerta — como pescadores artesanais — o seguro-defeso integra o conjunto de políticas públicas que garantem um mínimo de proteção socioeconômica, reduzindo riscos e assegurando meios de reprodução material durante o período de defeso.

O segundo eixo aborda a pesca artesanal enquanto atividade socioeconômica tradicional, marcada por forte dependência ambiental, baixa previsibilidade de renda e elevada vulnerabilidade socioeconômica. Diegues (2004) destaca que os pescadores artesanais constituem comunidades tradicionais cuja sobrevivência depende tanto do ambiente natural quanto da continuidade de práticas culturais e modos de vida próprios. Begossi (2011) e Hanazaki (2003) analisam como o conhecimento ecológico local se articula com estratégias de reprodução social, mostrando que a pesca artesanal opera em contextos de risco e incerteza. Estudos mais recentes desenvolvidos no Brasil evidenciam que a vulnerabilidade dos pescadores é multidimensional — econômica, ambiental, jurídica e administrativa — sendo a proteção social um componente indispensável para assegurar a permanência dessas comunidades (Schmidt & Xavier, 2018; Maldonado, 2021; Cardoso & Silva, 2020).

Além disso, pesquisas nacionais sobre governança pesqueira apontam que os pescadores sofrem com dificuldades para acessar seus direitos formais, enfrentando obstáculos documentais e burocráticos que impactam diretamente sua segurança social (Cavalcanti & Kalikoski, 2020). Esses estudos reforçam que instrumentos como o seguro-defeso não apenas garantem renda, mas também contribuem para a preservação dos estoques pesqueiros, articulando conservação ambiental e proteção social.

O terceiro eixo refere-se à implementação de políticas públicas no Brasil. Arretche (1999) enfatiza que políticas bem formuladas podem fracassar no processo de implementação quando encontram barreiras burocráticas, baixa coordenação interinstitucional ou limitações administrativas. Lotta (2019) destaca que a capacidade estatal — especialmente no nível local — e a atuação dos burocratas de nível de rua influenciam diretamente o acesso dos cidadãos

às políticas sociais. Pires e Gomide (2016) discutem como desigualdades territoriais e fragilidades institucionais produzem dinâmicas desiguais de implementação, afetando sobretudo populações vulneráveis.

No caso do seguro-defeso, pesquisas brasileiras recentes relatam problemas recorrentes na operacionalização da política, tais como irregularidades no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), falta de assistência técnica adequada, exigências documentais complexas e dificuldades no uso de plataformas digitais (Sanches, 2020; Câmara & Garcia, 2022). Esses estudos demonstram que a política, embora importante, apresenta falhas que limitam sua efetividade, tornando o acesso desigual entre regiões e grupos de pescadores.

Assim, compreender como esses fatores se manifestam na realidade local da Praia do Porto, em Imbituba, é fundamental para avaliar a efetividade do seguro-defeso. A integração entre vulnerabilidade socioeconômica, burocracia estatal e proteção social justifica a pertinência da investigação proposta, contribuindo para a literatura brasileira sobre políticas públicas e para o aperfeiçoamento da implementação de um benefício essencial para comunidades pesqueiras tradicionais.

METODOLOGIA

A pesquisa será desenvolvida com abordagem qualitativa, complementada por elementos quantitativos descritivos simples. Será adotado o estudo de caso, adequado quando se busca compreender fenômenos sociais específicos em profundidade, dentro de um contexto territorial e cultural delimitado.

Estratégia Geral

A pesquisa se concentrará nos pescadores artesanais da Praia do Porto, em Imbituba/SC, comunidade tradicional cuja atividade é historicamente consolidada e cuja dependência do seguro-defeso é significativa.

Participantes da pesquisa

A amostra será composta por 7 pescadores artesanais, selecionados por:

- proximidade com a Praia do Porto;
- disponibilidade para participar;
- diversidade em idade, tempo de pesca e experiência com o seguro-defeso;
- representatividade da comunidade local.

Justificativa da amostra pequena:
O número reduzido é metodologicamente coerente com pesquisas qualitativas envolvendo comunidades tradicionais, nas quais:

- o universo populacional é limitado;
- existe forte homogeneidade ocupacional;
- os sujeitos têm experiências ricas, detalhadas e aprofundadas;
- o objetivo é *compreensão profunda*, e não generalização estatística.

Autores como Lakatos & Marconi (2010) e Minayo (2013) reforçam que a saturação teórica ocorre com amostras pequenas quando o fenômeno é homogêneo — exatamente o caso dos pescadores artesanais.

Técnicas de Coleta de Dados

Serão utilizadas três técnicas principais:

a) Entrevistas semiestruturadas (principal instrumento)

Abordarão:

- experiência na pesca;
- histórico de acesso ao seguro-defeso;
- dificuldades documentais;
- burocracia;
- atrasos ou indeferimentos;
- percepção sobre órgãos públicos;
- renda e vulnerabilidade no período do defeso.

As entrevistas serão gravadas (com consentimento) e transcritas integralmente.

b) Questionário socioeconômico simples

Para organizar dados objetivos como:

- escolaridade;
- idade;
- renda;
- tempo de atuação;
- frequência de recebimento do benefício.

c) Análise documental

- legislação do seguro-defeso;
- portarias do MPA;
- dados institucionais;
- atas, documentos ou relatórios da Colônia de Pescadores,

3.4. Técnicas de análise

- Análise de Conteúdo Temática (Bardin, 2016) aplicada às entrevistas.
- Codificação e categorização de temas recorrentes (barreiras, burocracia, experiências positivas, falhas de implementação).
- Estatística descritiva simples para os dados socioeconômicos.

Limitações

- O universo populacional é pequeno.
- Resultados não são generalizáveis para outros municípios — mas isso não é necessário para um estudo de caso.
- Dependência da disponibilidade dos pescadores para entrevistas longas.

Justificativa:
Essas limitações são naturais e esperadas em pesquisas qualitativas com comunidades tradicionais, e não comprometem a validade do estudo.

CRONOGRAMA

Atividade	Meses
Revisão teórica	1–4
Construção dos instrumentos de coleta	3–4

Coleta de dados	5–8
Análise dos dados	9–12
Redação da dissertação	13–20
Revisões finais	21–23
Qualificação e defesa	24

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. *Estado Federativo e Políticas Sociais no Brasil*. São Paulo: FGV, 1999.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016

BRASIL. Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003..

BEGOSSI, Alpina. *Ecologia humana e manejo de recursos naturais*. São Paulo: Hucitec, 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2004.

FRANÇA, Antônio Carlos. *Políticas Públicas para Pesca Artesanal no Brasil*. Brasília: MPA, 2016.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. *Fundamentos de Metodologia Científica*. Rio de Janeiro: Atlas, 2010.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.